

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 05.232.978/0001-00  
Sacramento e Santa Juliana - MG

## Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.

# CEMIG

**MINAS  
GERAIS**  
GOVERNO DE TODOS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador.

#### 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Clientes e Fornecedores e; sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia e são classificados conforme abaixo, quando aplicáveis:

- Mantidos para negociação: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa e Clientes. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria as aplicações financeiras para as quais a Companhia possui a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, estas aplicações são mensuradas ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, reduzidas por eventual perda por redução ao valor recuperável;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

	2016		2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros:</b>				
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	5.179	5.179	1.479	1.479
Clientes	3.788	3.788	1.656	1.656
	<b>8.967</b>	<b>8.967</b>	<b>3.135</b>	<b>3.135</b>
<b>Mantidos até vencimento</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	594	594	139	138
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e Valores Mobiliários	12.119	12.119	6.798	6.798
<b>Passivos Financeiros:</b>				
Fornecedores	55	55	69	69

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2016 e 2015.

#### Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo.

A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus clientes. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

#### Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado do, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	Total
Pré-fixadas		
Fornecedores	55	55
	<b>55</b>	<b>55</b>

#### 15. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

▪ Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

▪ Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo em 31 de dezembro de 2016	
	Mercado Ativo - Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo - Técnica de Avaliação (Nível 2)
Certificados de Depósitos Bancários	388	388
Letras Financeiras - Bancos (LFs)	8.582	8.582
Letras Financeiras do Tesouro	2.287	2.287
Debêntures	862	862
	<b>12.119</b>	<b>9.832</b>

#### 16. SEGUROS

A Companhia não possui apólices de seguro vigentes em 31 de dezembro de 2016 que visem amparar eventos que pudessem afetar suas instalações.

\*\*\*\*\*

César Vaz de Melo Fernandes

Diretor Presidente

Dimas Costa  
Diretor

Leonardo George de Magalhães  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 53.140

Franklin Moreira Gonçalves  
Diretor

Leonardo Felipe Mesquita  
Gerente de Contabilidade  
Contador - CRC-MG 85.260

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.  
Belo Horizonte - MG

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Companhia" ou "ESCEE"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com

base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2017.

**Deloitte.**  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audítores Independentes  
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador  
Contador  
CRC-IMG 089.422/O-0

360 cm -05 970118 - 1

### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

#### SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

\* Retificação da publicação extraída do "MG", edição do dia 06/06/2017, referente ao Convênio de Cooperação Técnica nº 1910002714. ONDE SE LÊ: "Partes: EMG/SEF e PBH Ativos S/A, por meio da PBH, com intervenção do Pedro Meneguetti.", LEIA-SE: "Partes: EMG/SEF e PBH Ativos S/A, com intervenção do Pedro Meneguetti." José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, Secretário de Estado de Fazenda - 06/06/2017.

2 cm -06 970768 - 1

### MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S/A

Extrato de prorrogação de ofício da vigência do convênio 914/2014 datado de 05/06/2017, celebrado entre a MGI - Minas Gerais Participações S.A. e o Município de Coronel Xavier Chaves, com intervenção do Estado de Minas Gerais através da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - SETOP e da Secretaria de Estado de Governo. Objeto: Prorrogação por 96 dias, até 11 de setembro de 2017. Foro: Belo Horizonte.

2 cm -06 970662 - 1

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Convênio de Saida nº 946/2014, datado de 05/06/2017, celebrado entre Minas Gerais Participações S.A. - MGI e o Município de Campos Gerais, com intervenção do Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - SETOP. Objeto: Prorrogação a vigência até 01/07/2017, com convalidação da execução sem cobertura formal desde o período vencimento até a assinatura do aditivo. Foro: Belo Horizonte.

2 cm -06 970657 - 1

Extrato de prorrogação de ofício da vigência do convênio 282/2014 datado de 05/06/2017, celebrado entre a MGI - Minas Gerais Participações S.A. e o Município de Água Boa, com intervenção do Estado de Minas Gerais através da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - SETOP e da Secretaria de Estado de Governo. Objeto: Prorrogação por 474 dias, até 17 de outubro de 2018. Foro: Belo Horizonte.

2 cm -06 970655 - 1

Extrato de prorrogação de ofício da vigência do convênio 189/2014 datado de 05/06/2017, celebrado entre a MGI - Minas Gerais Participações S.A. e o Município de Campo do Meio, com intervenção do Estado de Minas Gerais através da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - SETOP e da Secretaria de Estado de Governo. Objeto: Prorrogação por 267 dias, até 24 de março de 2018. Foro: Belo Horizonte.

2 cm -06 970653 - 1

Extrato de prorrogação de ofício da vigência do convênio 775/2014 datado de 05/06/2017, celebrado entre a MGI - Minas Gerais Participações S.A. e o Município de Santana de Cataguases, com intervenção do Estado de Minas Gerais através da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - SETOP e da Secretaria de Estado de Governo. Objeto: Prorrogação por 56 dias, até 22 de agosto de 2017. Foro: Belo Horizonte.

2 cm -06 970660 - 1

### SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

#### SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD

Retifica publicação datada de 06 de junho de 2017 - página 31 Convênio 137101040117 - Data de Assinatura 05/06/2017 Vigência - 5 anos  
(a) Jairo José Isaac - SEMAD  
(b) Maria de Fátima Chagas Dias Coelho-IGAM  
(c) João Paulo Mello Rodrigues Sarmento - IEF  
(d) Rodrigo de Melo Teixeira - FEAM e  
(e) Helbert Figueiro de Lourdes - PMMG

3 cm -06 970802 - 1

### SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD

Extrato de Contrato nº. 9143550/2017 de prestação de serviços que entre si celebram o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD e Conel Projetos e Obras Ltda-ME. Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para prestação de serviço de reparo/reforma no imóvel cedido pelo DER, localizado na Avenida José Remígio Prezina, nº 1.637, Bairro Santa Rosália, visando transferência do Núcleo de Regularização Ambiental de Poços de Caldas/MG. O valor global da prestação de serviço R\$ 91.992,15 (Noventa e um mil, novecentos e noventa e dois reais e quinze centavos); dotação orçamentária: 1371.18.122.701.2002.0001.3.3.90.39.21.0.31.1. Vigência: 08 (oito) meses a partir da publicação. Varginha, 06 de Junho de 2017. José Oswaldo Furlanetto - Superintendente da Supram Sul de Minas.

4 cm -06 970640 - 1